

Ata da Reunião Ordinária do COPED/PR – 01/11/2019

No primeiro dia do mês de novembro, do ano de 2019, no Palácio das Araucárias, Rua Jacy Loureiro de Campos, s/n - Centro Cívico, nesta Capital, iniciou-se a Reunião Ordinária do Conselho Permanente de Direitos Humanos – COPED. Fizeram-se presentes os(as) **Conselheiros(as) Titulares Governamentais:** Rafael Osvaldo Machado Moura (MP/PR), Anderson Rodrigues Ferreira (OABPR); **Conselheiros(as) Suplentes Governamentais:** Nelson Octavio Leitão Neto (TJPR); **Conselheiros(as) Titulares da Sociedade Civil:** Clau Lopes (APP Sindicato), José Wilson de Souza (Trilhas do Afeto), Rute Regina Alves (ACECTP), Marcel Jeronymo Lima Oliveira (Grupo Dignidade), Jucimeri Isolda Silveira (CRESSPR), Edna Aparecida Sarro Siqueira (Comunidade Bom Pastor); **Conselheiros(as) Suplentes da Sociedade Civil Organizada:** Karollyne Nascimento (Transgrupo Marcela Prado), Diego Henrique da Silva Alves (Parafuso Educomunicação), Leonildo José Monteiro Filho (MNPR); **Convidados(as)/Observadores:** Marise Felix da Silva (Mães pela Diversidade); Thiago Hoshino (Ouvidoria DPPR), Isabela Perotti (Mandato Dep. Goura), Roselene Sonda (MPPR). Cumprimentando os(as) presentes, o Vice-Presidente Clau Lopes deu início à Reunião Ordinária. **1. Aprovação da Pauta:** O Conselheiro Anderson sugeriu um novo ponto de pauta com relação a um possível atentado à democracia realizado pelo deputado Eduardo Bolsonaro. Segundo o Conselheiro, o COPED poderia realizar um encaminhamento para a Câmara dos Deputados, como também para o Ministério Público Federal. O Vice-Presidente Clau propôs como ponto de pauta uma discussão acerca da eleição dos Conselheiros Municipais. Os pedidos foram contemplados. **2. Aprovação de ata:** A Conselheira Ana relatou sobre o atraso no desenvolvimento da ata de outubro, assim como dos meses de agosto e setembro motivo pelo qual não foram aprovadas nesta reunião. Também comentou que, assim que desenvolvidas as atas em atraso, elas serão enviadas previamente por e-mail para não ocupar tempo na próxima reunião. **3. Informes:** A convidada Isabella Perotti, representando o Mandato do Deputado Estadual Goura, informou acerca da aprovação do evento sobre saúde mental e direitos humanos que fora informado na reunião passada, para o qual se estabeleceu uma parceria com o COPED e a SEJUF. O evento irá acontecer no dia 18 de novembro. A Conselheira Ana iniciou os informes falando da criação da pasta compartilhada no Google Drive com os Documentos do COPED. O calendário das reuniões de 2020 foi apresentado e aprovado pela plenária, sendo as reuniões realizadas toda primeira sexta-feira do mês. Conforme requisitado na reunião anterior, o controle de faltas foi realizado e apresentado. Durante a apresentação, o Conselheiro Marcel apresentou uma justificativa para ausências de junho e julho, sendo afirmado por ele que essas justificativas já haviam sido discutidas em plenária. A Conselheira Rute também justificou sua ausência em Junho e na reunião passada, devido a outros compromissos. A Conselheira Edna justificou a ausência de junho e setembro, devido a ausência de recursos. O Conselheiro José Wilson justificou uma das ausências devido a uma questão de saúde. O Conselheiro Diego justificou sua ausência de setembro, pois, estava participando de um Seminário no mesmo dia. Após justificar uma das ausências, a Colaboradora Roselene levantou a questão dos motivos que serão aceitos como justificativas. Feita essa observação, a Conselheira Ana propôs que todas as justificativas sejam enviadas por e-mail, para posteriormente serem levadas à plenária e serem aceitas ou recusadas pelos(as) Conselheiros(as). O Vice-Presidente Clau levantou a importância da discussão dessas ausências, pois, segundo ele, existem entidades suplentes que são participativas mesmo não integrando diretamente o Conselho, enquanto algumas entidades titulares não comparecem às reuniões, como também não justificam suas faltas. O Conselheiro Marcel indicou como sugestão que fossem realizados encaminhamentos aos Conselheiros e Conselheiras que estejam faltando, seguindo as regras do próprio Regimento. Como proposta, a

Conselheira Ana sugeriu que ela, juntamente com o Vice-Presidente Claus, realizassem essa verificação e, posteriormente aos encaminhamentos, eles fossem apresentados em plenária. A Conselheira Rute lembrou que essa requisição de levantamento dos Conselheiros e Conselheiras faltantes já havia sido realizada há algumas reuniões anteriores. Finalizando a discussão, a Conselheira Ana apontou que as justificativas levadas a plenário serão apenas aquelas que não se enquadram dentro do Regimento Interno, para que assim, possam ser discutidas pelos(as) Conselheiros(as). Dando continuidade aos informes, a Conselheira Ana relatou sobre a desistência da posição de suplência da entidade Rede Pontes. Voltando às justificativas, foi informado a justificativa de ausência do Conselheiro Aurélio. Com relação aos informes das comissões, Ana sugeriu que fossem indicadas de acordo com cada comissão e sua respectiva atribuição, o que foi aceito pelos Conselheiros e Conselheiras presentes. Quanto aos ofícios atrasados, alguns dos realizados foram encaminhados a Conselheira Waleiska e já aceitos por ela, enquanto outros aguardam sua checagem. Sobre a carteira de identificação dos(as) Conselheiros(as), uma requisição das reuniões passadas, a Conselheira Ana apresentou uma proposta em nome da Secretaria de Justiça, que sugere a criação de uma credencial de identificação. O Vice-Presidente Claus se mostrou contrário a essa sugestão, pois inviabilizaria possíveis situações de urgência, face à necessidade de solicitar a credencial em cada evento/reunião. A Conselheira Ana comentou que não seria preciso, pois, mediante a deliberação do Conselho, esta seria emitida apenas uma vez e enviada através do e-mail. O Conselheiro Diego levantou que já havia sido realizada uma proposta para a criação de um crachá de identificação. Tendo isso em vista, a Conselheira Ana falou que levaria essa ideia à Secretaria, para desenvolvimento de uma proposta de design. Quanto a emissão das mesmas, não será possível neste ano, pois os processos licitatórios não estão sendo realizados neste período do ano. Como outra sugestão, ela apresentou que o modelo mencionado anteriormente – de envio por email – seja adotado até que o crachá seja desenvolvido. Como último informe, a Conselheira Ana informou sobre a necessidade das solicitações de viagens serem feitas dentro do prazo, pois a Secretaria não consegue solicitar as viagens com o prazo apertado, além de poder gerar inconvenientes aos(às) próprios(as) Conselheiros(as), como por exemplo não conseguir sacar o dinheiro. Como prazo máximo, ficou estabelecido que a solicitação de viagem seja realizado até terça-feira, pois a reunião acontece na sexta, então seriam dois dias úteis anteriores à viagem. Contudo, com relação às viagens de avião, elas só serão aceitas com dez dias de antecedência. As solicitações deverão ser realizadas de acordo com o formulário e, qualquer eventual alteração no itinerário, deverá ser informada no relatório de viagem. Sobre as prestações de contas, elas devem ser realizadas em até dois dias úteis após o retorno. Como sugestão, Ana indicou que no dia da reunião mesmo, o relatório de viagem será assinado e os documentos possíveis já seriam entregues. O Conselheiro José Wilson mencionou que no mesmo Decreto permite que os comprovantes sejam enviados via correios. Segundo ele, seria a forma mais adequada de enviar, pois não seria possível estabelecer um controle rígido dessa prestação de contas parcial. A Conselheira Jucimeri chamou atenção para o tempo despendido com os informes, sendo que muitos deles, segundo ela, não seriam de tanta importância quanto os pontos de pauta. O Conselheiro José Wilson relatou novamente sua discordância na realização da prestação de contas de modo parcial. O Conselheiro Marcel requisitou um manual sobre a solicitação de viagens, como também da prestação de contas, o que foi informado pela Conselheira Ana já ter sido enviado aos(às) Conselheiros(as). A Conselheira Jucimeri sugeriu que uma Comissão fosse composta pelos(as) Conselheiros(as) mais afetados pelas questões tocantes a viagens, para que possa deliberar uma sugestão ao Secretário do melhor modo dessas questões serem realizadas. O Conselheiro Anderson pontuou sobre uma questão conversada

anteriormente, no tocante às faltas dos representantes das pastas governamentais. Segundo ele, foi requisitado em Abril que os Secretários de cada pasta fossem oficiados, relatando sobre a ausência de seus representantes e pedindo novas nomeações. O Conselheiro José Wilson sugeriu que o assunto das viagens fosse discutido na próxima reunião, como um ponto de pauta. Finalizando os informes, o Conselheiro Marcel relatou sobre as Reintegrações de Posse que o COPED acompanharia, conforme deliberado em reunião de Outubro. Segundo o Conselheiro, em contato com Claudio Oliveira (coordenador de direitos humanos do MST - Movimento Sem Terra), eles estão sofrendo ameaças de Reintegração de Posse pelo Estado do Paraná, tendo inclusive suas áreas sobrevoadas por helicópteros policiais. Já foram realizados oito despejos e o Estado não está dando as condições necessárias para essas famílias. Continuando seus informes, o Conselheiro Marcel relatou sobre uma reunião realizada em 17 e 18 de Outubro, que contou com a presença do CNDH (Comissão Nacional de Direitos Humanos), a reunião era com relação à população em situação de rua. O Conselheiro Marcel também informou sobre o 1º Congresso Internacional LGBTI que acontecerá em novembro. Finalizando os informes, Roselene comunicou sobre o Seminário de Direitos Humanos, um evento promovido anualmente pelo Ministério Público. **4.**

Planejamento: O Conselheiro Diego sugeriu que fosse criado um cronograma baseado no planejamento construído em conjunto, sendo assim, o Conselho teria as respectivas atribuições para definir: quem e qual ação será desenvolvida diretamente pelo Conselho em 2020. O Vice-Presidente Clau sugeriu que fosse realizada uma reunião extraordinária no dia 19 de novembro, aproveitando a vinda dos Conselheiros e Conselheiras no Seminário do dia 18. Assim, nesta reunião, será possível desenvolver e atribuir responsabilidades face ao planejamento. Dando seguimento à ideia do Vice-Presidente Clau, o Conselheiro Marcel sugeriu que fosse criado um Grupo de Trabalho para auxiliar o Conselheiro Diego neste planejamento. o Vice-Presidente se colocou à disposição para participar do Grupo de Trabalho. Quanto à reunião extraordinária, a Conselheira Ana informou sobre cortes de gastos que vêm sendo realizados, portanto, o ofício com a deliberação será enviado para a Secretaria que irá verificar a possibilidade. O Conselheiro José Wilson frisou que, como a viagem do Seminário seria aprovada, não teria motivo para uma recusa desta reunião extraordinária. A Conselheira Ana reiterou os requisitos da prestação de contas para que seja possível a realização da reunião extraordinária. Ainda sobre o Seminário e a reunião extraordinária, o Vice-Presidente Clau informou que tudo isso havia sido debatido em reunião anterior e faz parte do calendário do COPED, não compreendendo uma possível negativa na realização da reunião. Sobre a recusa, a Conselheira Ana informou sobre a possibilidade da Central de Viagens recusar devido a ausência de recursos, tendo em vista que existe um limite de gastos por este setor. O Vice-Presidente Clau reiterou a questão da presença do Secretário Ney Leprevost em próxima reunião. O Conselheiro Diego sugeriu que, junto desse ofício de requisição, seja proposto um possível remanejamento de recursos para que seja possível a realização deste calendário, segundo ele, é interessante, além de requisitar-se a reunião, já propor uma solução a uma provável recusa. A realização da reunião extraordinária restou aprovada. **5. Segurança Pública (inclui diversos pontos de pauta):**

Os próximos pontos de pauta que são relacionados ao sistema penitenciário, foram enviados pelo ex-Conselheiro Carlos que não estava presente. A Conselheira Karollyne, sendo a única representante da Comissão que está atrelada a essa pauta, indica que todos esses pontos haviam sido postos em discussão na reunião passada. Porém, o ex-Conselho ainda está à espera das visitas às penitenciárias no Estado do Paraná. Ela também pontuou sobre a impossibilidade do desenvolvimento do protocolo (um dos pontos de pauta), sendo que nem as visitas estão sendo possíveis. A Conselheira Rute falou da necessidade da criação do protocolo, pois o COPED precisa ter uma noção mínima de atendimentos emergenciais, como por exemplo, quem

atenderá em cada região. A Conselheira Ana indicou que o protocolo não parece se restringir unicamente ao sistema carcerário, mas que é destinado a toda e qualquer denúncia recebida pelo Conselho. O Conselheiro Rafael frisou sobre a diferença dos pontos de pauta que estavam sendo discutidos concomitantemente, segundo ele, os temas são diferentes: Situação de mortos em conflitos com agentes de segurança do Estado e o Situação de mortos em conflitos com agentes de segurança do Estado, apesar de eles dialogarem, devem ser tratados separadamente. Dando continuidade ao comentário, o Conselheiro informou que o Conselho Nacional do Ministério Público alterou a resolução que investiga esses tipos de casos (de confronto), determinando que o(a) Promotor(a) de Justiça, durante a investigação, receba familiares das vítimas e, após diálogo com elas, buscando por provas, só recuse os testemunhos com fundamentação. As resoluções são: 129 e 181. Um outro ponto importante, é que as famílias precisam ser notificadas sobre o andamento do caso (como por exemplo, arquivamento), o que não acontecia anteriormente. Como sugestão do Conselheiro, o COPED poderia enviar um ofício ao Ministério Público, questionando como se dará a aplicação destas resoluções e quais medidas estão sendo adotadas. O Ofício poderia também ser enviado à Corregedoria e para a Procuradoria Geral. O Conselheiro Rafael continuou sua fala, agora sugerindo que o COPED oficiasse o Tribunal de Justiça, demonstrando um apoio institucional e sugerindo que os mutirões realizados por este órgão (GMF/PR - Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário) dentro do sistema carcerário paranaense, fosse mantido, além de ser ampliado. O Conselheiro Nelson relatou que o GMF é vinculado à Presidência do TJ e realiza o acompanhamento do sistema carcerário paranaense junto ao Departamento Penitenciário, sendo responsável pela gestão deste sistema. Reiterou a sugestão realizada pelo Conselheiro Rafael anteriormente. O Conselheiro Anderson, retomou uma deliberação do Conselho, que requisitava para a SESP a permissão deste Conselho para acessar o BI (Business Intelligence) com as informações relacionados ao sistema prisional. Portanto, foi deliberado o envio de um novo ofício reiterando este pedido. A Conselheira Rute relatou sobre as condições das prisões de Alto Paraná e Nova Esperança, ambas, com problema de superlotação. Segundo informou, semanalmente estão ocorrendo casos de fugas destas prisões, que são relacionadas também às transferências. Após a fala da Conselheira, o Vice-Presidente Clau sugeriu que esses demais pontos e o restante da discussão sobre o sistema penitenciário paranaense, fosse discutido nas reuniões de comissões e, após elas, o pleno votaria para aprovar, ou não, as deliberações lá discutidas. A proposta foi aprovada. **6.**

Educação (Mães pela Diversidade/Violência contra LGBTIs nas escolas): O Vice-Presidente Clau iniciou o ponto de pauta cumprimentando e agradecendo a presença da convidada Marise. O mesmo informou que se trata de um assunto a ser debatido também nas Comissões, mas seria importante seu debate e explicação com a presença da convidada. A convidada Marise iniciou sua fala explicando sobre a organização "Mães pela Diversidade", que existe em todo o Brasil, atuando em diversas instâncias no tocante à educação. Marise comentou que sua atuação se dá diretamente dentro das escolas, pois, por ter sido professora da rede pública, tem uma abertura maior para promover ações. Como apontou, todas as mães deste projeto são mães de pessoas LGBT. Ela frisou a importância de se verificar os casos de homo-transfobia nas escolas, pois muitos são tidos genericamente como bullying. Marise acompanha casos de perto, pois são preconceitos e violências específicas praticados contra essa população. Também ressaltou a necessidade de as falas da organização serem realizadas nas escolas, tendo em vista a resistência que ainda ocorre com a população LGBT. Dois casos de violência ocorridos em escolas serão discutidos na reunião das Comissões no período da tarde. A convidada Marise levantou a questão: as escolas têm realizado alguma ação para conter a violência? O que a Secretaria de Educação vem fazendo com relação a esta constante violência? Ainda com relação à

situação escolar, Marise mencionou a lotação das salas de aula que impossibilitam um ensino de qualidade. Complementando a fala da convidada Marise, o Vice-Presidente Clau destacou o “congelamento” dos debates com esta temática, além do abandono das instruções e formações continuadas que estão relacionadas à diversidade. Relembrou que no tempo em que foi aluno da rede pública de ensino, esses debates que eram realizados foram de suma importância para a escola. Comentando sobre nossa atual conjuntura política, frisou o retrocesso com relação a esses debates, que inclusive tem calado diversos professores, impedindo-os de se manifestar. Segundo ele, é imprescindível a mediação entre o Conselho e a Secretaria de Educação na busca pela retomada dessas discussões. A Convidada Marise expôs a situação de uma escola estadual em Almirante Tamandaré, que possui turmas segregadas entre meninos e meninas. Essa escola funciona dessa maneira há muitos anos. O caso, mesmo denunciado, não foi averiguado. O Vice-Presidente Clau reiterou a urgência no contato com os(as) professores(as), pois eles(as) se demonstram amedrontados e se calam diante desse cenário. Falando das alunas trans, ele menciona que muitas estão sendo “expulsas” das escolas, expulsas no sentido do sistema escolar não possibilitar um ensino de qualidade, além de, não acolherem essas alunas, não aceitam a pluralidade. O Conselheiro Marcel comentou sobre a grande dificuldade em ter um ambiente educacional inclusivo, que está relacionado a diversos motivos como, por exemplo, a falta de capacitação de professores e funcionários; uma política de estado efetiva, que viabilize um canal de denúncias e acompanhamentos. Relembrando uma pesquisa feita pelo Grupo Dignidade (em 2016) sobre o ambiente educacional LGBT, que ouviu 1.016 estudantes pelo Brasil, exibindo dados alarmantes: mais de 60% dos(as) alunos(as) LGBTI se sentiam inseguros(as), sendo 66% destes alunos(as) agredidos(as) verbalmente durante o período e 33% agredidos(as) fisicamente; 36% dos(as) alunos(as) consideraram ineficaz as respostas dadas pelos profissionais para impedir as agressões e 33% nenhum membro da família foi procurado(a) por pela equipe para acompanhar a situação. Como proposta de encaminhamento, o Conselheiro Marcel sugeriu que fosse desenvolvida uma proposta de recomendação ao Governo do Estado, podendo ser realizado um diálogo com o Conselho Estadual de Educação, para que essa recomendação seja realizada pelo COPED e o Conselho Estadual de Educação, sugerindo que se mantenha uma política pública de formação continuada aos(as) profissionais da educação e a criação de um canal próprio para o recebimento e acompanhamento de denúncias. A Conselheira Ana informou sobre o funcionamento do Comitê LGBT, também vinculado à Secretaria de Justiça, que está em funcionamento desde 2016, e sugeriu que fosse realizado um diálogo também com ele, com relação a este encaminhamento. Em conversas com a Maria Isabel, representante da SEED no Comitê LGBT, a Conselheira Ana falou da importância em um ambiente saudável para que o bom desempenho possa alcançar todos(as) os(as) alunos(as), ainda sobre a convidada, a Conselheira Ana, frisa que segundo relatado pela Maria Isabel, existe um setor de direitos humanos que tem trabalhado com áreas da pessoa com deficiência, sendo um setor que avança. Eles trabalham a questão de bullying, mas não trabalham especificamente áreas como preconceito racial, preconceito em razão de orientação sexual e identidade de gênero – que muitas vezes ainda nem é orientação sexual e identidade de gênero, são puramente questões de gênero, devido a comportamentos “diferentes” do que em teoria deveriam se comportar. Finalizando sua fala, a Conselheira Ana reforçou o encaminhamento sugerido pelo Conselheiro Marcel, que para realmente aconteça esse diálogo com a Secretaria de Educação. (1:42:04): O convidado Thiago comentou sobre o acompanhamento pela Ouvidoria da DPPR dos casos de denúncia relatados anteriormente. Em contato com a Secretaria de Educação, foram informados sobre um formulário online para preenchimento que, durante dois dias de tentativas de acesso, se encontrava offline. Portanto, como não está existindo uma possibilidade

de diálogo com a Secretaria e não existe um canal para o recebimento, a Ouvidoria recomenda que as denúncias sejam realizadas diretamente ao Ministério Público. Uma outra denúncia recebida, segundo relato do Thiago, está relacionada a promoção de cultos nas escolas da litoral, que será também acompanhado. À partir desses exemplos, afirmou que eles elucidam a necessidade de um fluxo de atendimentos na SEED, pois a Ouvidoria da Secretaria não seria o caminho para denúncias, sendo assim, seria necessário alguém específico para receber e acompanhar as denúncias, principalmente no tocante a casos de violência. A Convidada Marise fez uma observação que atualmente, só é possível realizar algum encaminhamento na SEED à partir das questões recebidas via Ouvidoria e, a mesma, muitas vezes, se encontra offline, tomando o processo demorado e não efetivo. Como sugestões de encaminhamentos, o convidado Thiago indicou que a SEED fosse oficiada sobre essa questão. Sobre o novo protocolo da Lei nº 13.431, a ser aprovado pelo CEDCA (Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente), sobre situações de violência a criança e ao adolescente. Segundo relatado, existe a ausência da discussão sobre situações de violência motivadas por preconceitos raciais, de identidade de gênero e orientação sexual. O protocolo não toca nesse assunto em nenhum momento e haveria a necessidade de um protocolo específico para esses casos. O convidado Thiago propôs como encaminhamento que o CEDCA fosse oficiado para a inclusão deste ponto no protocolo e que algum Conselheiro(as) do COPED possa participar da discussão ou realizar uma interlocução prévia com aquele Conselho. O Conselheiro Diego informou que o COPED tem procurado articular diálogos sobre a pauta LGBT com diversas Secretarias e, segundo ele, poderiam ser retomados alguns desses encaminhamentos para auxiliar nessa discussão, afinal, muitos deles nem obtiveram respostas. A convidada Marise comentou que, apesar de alguns professores estarem preparados, muitos não estão. Citando o caso de Uberaba, comentou que o mesmo não foi registrado como homotransfobia, pois, não foi entendido dessa forma. Segundo ela, essas questões deveriam ser discutidas na escola, para que isso seja compreendido. Um outra questão levantada pela Marise, foi de um caso que uma pedagoga ameaçou chamar os pais de uma aluna para contar para eles sobre sua sexualidade. A convidada frisou que esse tipo de relação é impensável, tendo em vista que trata-se da vida particular de cada um, portanto, a escola não deveria ter esse tipo de abordagem. A convidada Isabela sugeriu para que Marise oficiasse o Mandato Goura, solicitando para que eles realizassem um encaminhamento para a SEED, requerendo ações voltadas às questões dos assuntos abordados anteriormente. O Conselheiro Anderson retomou o encaminhamento sugerido pelo Convidado Thiago, acrescentando que o COPED, ao invés de oficial, enviasse uma proposta elaborada por este Conselho. O Conselheiro Rafael frisou sobre o erro jurídico e ético do registro da denúncia de violência como bullying, sendo que foi um caso de LGBTfobia. Segundo o Conselheiro, o COPED deveria dialogar com a SEED para entender o problema dessas denúncias. De acordo com ele, essas questões devem chegar até ao Ministério Público para que possam averiguar. Junto ao COPED, esse diálogo deve entender onde estão acontecendo os equívocos por parte da SEED nas problemáticas levantadas e tentar auxiliá-la para uma melhor efetividade. Um dos pontos levantados pela convidada Marise como problemática dessa situação, reside na ausência da formação continuada que foi abolida. Finalizando sua fala, o Conselheiro Rafael pediu que fosse encaminhado para o Ministério Público, através dele, os procedimentos administrativos em andamento nas escolas, oriundos das más condutas com relação à população LGBT, para que, assim, possa ser averiguado. O Vice-Presidente Clau relatou sobre dezesseis casos de suicídio ocorridos só neste ano, na categoria de professores, sendo quatro deles da população LGBT que vinham sofrendo pressão dentro das escolas. Encerrado o ponto de pauta, o Vice-Presidente Clau comentou que a continuidade dos debates acontecerão na reunião das Comissões. 7.

Reiteração de ofício a secretaria de Estado sobre os "

congelamentos " Serp e retorno ao ambiente escolar: A Conselheira Rute reitera o assunto debatido em maio deste ano, o qual questionava a Secretaria de Educação sobre o congelamento dos alunos do Serp (Sistema Educacional da Rede de Proteção) — o que retira o aluno do sistema — e quais seriam as medidas para a retomada deles ao ensino. A Conselheira Rute levantou uma problemática desta questão, pois, com a retirada do aluno do sistema, o próprio Conselho Tutelar não tem como verificar quais alunos evadiram da escola e não podem realizar um acompanhamento. Portanto, o congelamento (retirada da lista de presença) mascara os reais dados de alunos evadidos da escola. A Conselheira também falou sobre a possibilidade destas ações serem realizadas pelos próprios diretores das escolas, como um modo de disfarçar os dados. Complementando a fala da Conselheira, o Vice-Presidente Clau comentou sobre os problemas do projeto da Secretaria da Educação, chamado Se Liga!, que visa aprovar alunos mesmo sem suas presenças, buscando abonar as faltas ao longo do ano. Segundo o Vice-Presidente, essas medidas podem estar alinhadas a uma política de resultados, puramente numérica. Como relatado, esse projeto foi recusado pelas escolas. A Conselheira Rute mencionou sobre a necessidade de um apoio do Ministério Público no acompanhamento destes alunos, além disso, também informou que as cidades do interior enfrentam um problema maior neste acompanhamento, devido a falta de estrutura. O Vice-Presidente Clau observou que este assunto também será debatido na reunião das Comissões.

8. Discussão da Lei Estadual nº 15.075: A Conselheira Rute abordou a não execução da referida Lei Estadual, que fora aprovada em 2006, que visa estabelecer atendimento psicopedagógico e social em todas as escolas da rede pública. Comentou também que existe um projeto de lei no âmbito federal com o mesmo propósito, que está tramitando. Conforme relatou, se faz mais do que necessário que a lei seja aplicada, tendo em vista o aumento nos casos de automutilação de alunos, tentativas de suicídio, além de adolescentes ultra-medicados. Também afirmou que o CAPS não tem estrutura para atender toda as demandas. A Conselheira Jucimeri frisou a importância deste debate, pois é de suma importância para o ensino e, independente de uma decisão nacional, a referida Lei Estadual precisa ser aplicada. Conforme falou, seria interessante traçar um plano de execução desta lei, como por exemplo estabelecendo uma escola piloto para aplicação para, posteriormente, ser reproduzida nas demais escolas. Como sugestão de encaminhamento, a Conselheira observou que a Secretaria de Educação poderia ser oficiada com um convite para uma audiência pública, visando debater o assunto. Sugeriu também que o COPED poderia desenvolver um plano de ação e apresentar à Secretaria de Educação. Um outro questionamento levantado pela Conselheira Jucimeri foi com relação à Secretaria de Educação estar se omitindo sobre a lei vigente, que define responsabilidades; a rede de atenção às vítimas foi formada? Quais as políticas de prevenção a violência nas escolas? Restou deliberado a elaboração de proposta de encaminhamento pela Comissão.

9. Apresentação do Programa Justiça Presente - CNJ: O Conselheiro Marcel apresentou a convidada Laís Gorski, que fará a apresentação do Programa. Segundo o Conselheiro, o programa foi criado após o reconhecimento do STF sobre o Estado de Coisas Inconstitucional. A convidada Laí, iniciou sua fala comentando sobre como o programa busca um protagonismo do sistema judiciário no enfrentamento a esse Estado de Coisas Inconstitucional do sistema prisional brasileiro, reconhecido pelo STF. O programa foi implementado em 27 Estados, tendo como participante duas pessoas em cada Estado e com o apoio dos GMF's. O programa possui quatro eixos de atuação, sendo os seguintes: Eixo 1: Porta de entrada, alternativas penais; Eixo 2: Socioeducação; Eixo 3: Porta de saída do sistema penitenciário; Eixo 4: Novas tecnologias no sistema criminal. Citando a fala da Conselheira Jucimeri, Laís comentou sobre o eixo que trabalha porta de entrada, segundo ela, uma das iniciativas é a aproximação de equipes interdisciplinares ao Tribunal, aproximando o sistema judiciário com a rede de proteção social, comentou também sobre a transversalização

de classe, raça e gênero, em todas as iniciativas do programa. Conforme a apresentação dos eixos, o programa acompanha todo o processo prisional. Laís relatou sobre a inclusão da equipe multidisciplinar na audiência de custódia, sendo assim, todas as pessoas que são conduzidas para a audiência são atendidas por um serviço de psicologia e serviço social. A ideia é que o relato deste atendimento chegue até ao juiz a tempo de sua decisão. A Conselheira Ana recomendou para a convidada Laís que realizasse um diálogo com a Conselheira Karollyne, que é representante do Transgrupo Marcela Prado, e tem uma atuação mais direta nos assuntos tocantes ao sistema prisional. Laís e Karollyne comentaram que esse diálogo já está acontecendo, inclusive, já tendo sido realizadas visitas em conjunto. Como relatado pela Conselheira Karollyne, ela tem atuado mais diretamente no eixo 3. O Conselheiro Leonildo mencionou que, muitas vezes, durante a audiência de custódia, o juiz não tem conhecimento de que o acusado é uma pessoa em situação de rua. Também frisou sobre as poucas vagas de acolhimento para essa população (600 vagas), enquanto existem mais de cinco mil pessoas em situação de rua em Curitiba, à partir disso, muitas vezes, como essa população não tem residência, não permitem a possibilidade de soltura portando a tornozeleira eletrônica. O Conselheiro Leonildo sugeriu para a convidada Laís que levasse essas demandas ao programa, da população em situação de rua, afinal, o perfil dessa população precisa ser conhecido pelo sistema. Segundo a convidada Laís, a resolução da tornozeleira eletrônica está sendo refeita. Quanto à população, segundo ela, a maioria dos detidos são presos realmente por pequenos delitos (para sobrevivência), como o Conselheiro Leonildo havia comentado e, à partir disto, o programa tem tentado no primeiro eixo (porta de entrada) com que o acusado não entre no sistema prisional, afinal, muitos casos são oriundos da própria omissão do Estado quanto a políticas públicas para essa população. O Conselheiro Diego fez um questionamento com relação às políticas que atendam os direitos da criança e do adolescente, perguntou sobre a possibilidade de um diálogo entre o COPED e o CNJ. O Conselheiro Nelson comentou que esse assunto se enquadra no eixo-socioeducativo e que pode haver um diálogo entre conselho e o programa. (2:52 a 2:55). Ao fim do ponto de pauta, foi dialogado que o próximo ponto (Falta de programas de moradias para famílias de baixa renda), será discutido em futura reunião, pois o Conselheiro Aurélio, que indicou este ponto, havia feito um recorte para esta discussão e o mesmo já havia se retirado da reunião. Tendo em vista a importância dessa discussão, assim ficou acordado.

10. Reunião descentralizada: Com relação à reunião centralizada em Sarandi em Dezembro, o Vice-Presidente Clau, o Conselheiro José Wilson e a Conselheira Rute se mostraram contrários a sua execução em Dezembro. Complementando, o Conselheiro Diego comentou que essa reunião pode acontecer posteriormente, porém, deve acontecer no município de Sarandi.

11. possível atentado à democracia realizado pelo deputado Eduardo Bolsonaro: O Conselheiro Anderson relatou sobre as declarações do Deputado Federal Eduardo Bolsonaro com relação ao retorno do AI-5. Segundo o Conselheiro, o deputado viola a Lei de Segurança Nacional 7.170/83, no artigo Art. 22 (Fazer, em público, propaganda), inciso I (de processos violentos ou ilegais para alteração da ordem política ou social), assim, sugeriu que fosse realizado um encaminhamento ao MPF e à Câmara dos Deputados, pedindo a representação contra este deputado. A deliberação foi aceita pelo Conselho, e a redação ficou a cargo do Conselheiro Anderson.

12. Mês da Consciência Negra: O convidado Thiago iniciou o debate da pauta sobre a consciência negra, falando sobre a política de cotas nas Universidades Estaduais, sugerindo que fosse encaminhado a um ofício para todas elas, realizando alguns questionamentos: quais universidades possuem a política de cotas? atendem programas de pós-graduação? quantas vagas foram ofertadas desde sua implementação? quantos alunos ingressaram através desta política? quantos alunos se formaram dentro desta política? qual o percentual em cada universidade? O convidado

frisou a importância deste mapeamento e monitoramento. Continuando sua fala, mencionou sobre a data 20 de novembro (Dia da Consciência Negra), sugerindo que todos os municípios fossem oficiados pelo Conselho, recomendando e sugerindo ações neste dia, para que seja uma data reconhecida tanto no âmbito estadual, como no municipal. Com relação a implementação da lei 10.639, o COPED pode questionar junto à SEED sobre sua situação. O Vice-presidente Clau concordou com a sugestão e, mesmo supondo que o CONSEPIR faça esse questionamento, seria importante que o COPED também inquire. Após essa fala, o Vice-Presidente Clau passou a fala para o Conselheiro Diego, que falaria sobre um ponto de pauta separadamente (Ações de comunicação), inserindo este ponto na mesma discussão. O Conselheiro Diego mencionou que o GT de Comunicação está construindo alguns materiais que serão publicados neste mês de novembro e que irão circular nas redes sociais do COPED. A ideia é que, na semana da consciência negra, as publicações dessem voz a paranaenses que lutem por pautas sobre a consciência negra, como por exemplo o próprio Conselheiro Leonildo. Além disso, serão veiculadas publicações realizadas pela própria SEJUF que possuem interlocução com a pauta da igualdade racial. Com relação à agenda de eventos, o Conselheiro Marcel sugeriu que fosse realizado um contato com Saul, Presidente do CONSEPIR, para apoiar nos eventos do mês da consciência negra. A Conselheira Ana relatou que os eventos a serem realizados pelo Consepilr serão em conjunto com a Secretaria de Cultura, nos dias 23 e 24 de novembro acontecerão feiras de afro-empresendedorismo em municípios do Estado do Paraná que possuem Conselhos de Igualdade Racial. Quanto ao envio dos ofícios do COPED, sugerido pelos Conselheiros(as) ao longo desta pauta, a Conselheira Ana sugeriu que eles fossem assinados em conjunto com o CONSEPIR. Além disso, a Conselheira Ana afirmou que o CONSEPIR está desenvolvendo um novo Estatuto da Igualdade Racial que prevê a questão das cotas em todas as universidades estaduais. Sobre as publicações desenvolvidas pelo Conselheiro Diego, a Conselheira Ana (03:19:00) sugeriu que fossem desenvolvidas algumas publicações: alguma fala da Heliana Hemetério, uma mulher negra e lésbica; em conjunto com as da SEJUF, uma publicação sobre a criação de Conselhos Municipais de Igualdade Racial; Alguma fala da Yagu Nan envolvendo a questão da intolerância religiosa; sobre a questão da deficiência, alguma fala de Beatriz Golin, uma jovem negra, do grupo Islã Resistência Surda; Além destas questões, seria interessante indicações de filmes e uma publicação explicando a existência do CONSEPIR. O convidado Thiago apresentou uma proposta para o Conselho, pois, em 16 de novembro, das 16 às 18 horas, acontecerá uma reunião ampliada com os movimentos negros, apurando pautas para o ano de 2020, assim, juntamente com a Defensoria Pública, DPU e CONSEPIR, o COPED poderia participar em conjunto desta reunião. Uma outra sugestão do convidado Thiago quanto a questão das publicações, seriam falas de pessoas do interior do Estado, como por exemplo a Mãe Marina de Ogum, presidente do Conselho Municipal de Igualdade Racial de Foz do Iguaçu, e Mãe Néia de Cornélio Procópio. O Conselheiro Diego pontuou sobre a possibilidade de outros Conselheiros e Conselheiras ajudarem no desenvolvimento de novos cards, utilizando o mesmo software (Edesign), que ele pode disponibilizar. A convidada Isabela irá participar das discussões e verificar a possibilidade de apoio nestes materiais no GT de Comunicação do Conselho.

13. Eleição Conselheiros(as) Tutelares: O Vice-Presidente Clau iniciou a discussão do ponto de pauta, informando que seria prudente que o Conselho possa entender o que ocorreu nesta eleição e no seu cancelamento. Ocorrerá uma nova eleição em 10 de novembro, que, segundo o Vice-Presidente, está sendo realizado de modo truculento, afinal, muitos Conselheiros e Conselheiras foram eleitos democraticamente e, devido ao grande esforço da população em eleger os representantes de suas comunidades, esta anulação, como o Vice-Presidente Clau informou, está caçando tais mandatos. O Convidado Thiago relatou que o

processo eleitoral foi confuso desde o início e fora impugnado pela Defensoria, devido a restrições no edital, como por exemplo o excesso de documentos para comprovar residência, o que já inviabilizava candidatos de ocupações e assentamentos. Como frisado pelo Convidado Thiago, se não existiu um processo enviesado, no mínimo é de grande desorganização. E, até o momento, ninguém respondeu por estas falhas de organização do processo eleitoral. Sendo confuso até o próprio processo de cancelamento, afinal, o resultado foi divulgado e posteriormente anulado. O convidado Thiago frisa que os erros precisam ser apontados e divulgados por parte da sua organização. O Conselheiro Anderson reiterou a fala do convidado Thiago, afirmando sobre organização das eleições que é realizada pelo Comtiba e não é realizada pelo TRE; o TRE apenas empresta as urnas. Uma preocupação levantada pelo Conselheiro Anderson, se dá num posicionamento do COPED contra outro Conselho. Sobre a eleição em si, o Conselheiro Anderson frisou que a OAB ainda não se posicionou. O Conselheiro Anderson informou que apresentaram uma questão a ele pontuada pelo Conselho Tutelar, o qual precisava seguir o processo de cassação mesmo com a anulação da eleição, pois, existe crime eleitoral. O Conselheiro pontuou que não existe crime, pois não há lei que preveja isso. Um outro ponto é que existiu anulação de urnas regionais, devido a ausência de fotos de alguns candidatos e, alguns destes, tinham dois ou três votos, o que não impactaria na eleição. Finalizando sua fala, o Conselheiro Anderson comenta que uma posição contra o Comtiba seria contraprodutiva, até por uma possível segregação; numa futura eleição, algo pertinente seria prestar apoio à organização. O Conselheiro José Wilson concordou com a fala do Conselheiro Anderson e, como foi coordenador da eleição em Londrina, acrescentou que uma dificuldade foi criada pela portaria 298 do TRE: cada seção foi limitada a cinco mil eleitores, fazendo com que Londrina tivesse 73 locais de votação. Uma das reclamações, segundo o Conselheiro José Wilson, foi justamente o grande deslocamento que muitos tiveram que realizar para participar da votação. Uma sugestão do Conselheiro Anderson, seria a criação de um coletivo com vários Conselhos para auxiliar numa futura eleição. A Conselheira Rute comentou que foi uma eleição atípica e de combate aos candidatos progressistas. Segundo a Conselheira, seria preciso anular a eleição inteira e não o cancelamento pontual de algumas regiões, não cabendo ao COPED esse questionamento, mas ao Ministério Público e à OAB, por exemplo. O Conselheiro Anderson comentou que seriam anuladas dez regionais. Como proposta de encaminhamento, o Conselheiro Marcel sugeriu que o COPED dialogasse com o CEDCA para verificar como eles estão acompanhando as eleições. O Conselheiro Anderson frisou que não existe relação hierárquica entre CEDCA, CNDCA e Conanda, portanto, decisões realizadas pelo CEDCA não influenciariam os demais, o Conselho só pode prestar sugestões. O Vice-Presidente Clau comentou que diversos candidatos foram cassados e o Ministério Público não acatou a decisão do Comtiba. A Conselheira Rute sinalizou um ponto de pauta para a próxima reunião, que seria relacionado à saúde mental dos Conselheiros Tutelares do Estado do Paraná. A Conselheira fará um convite para que os representantes das regionais participem da reunião. Se não for possível a presença deles, a Conselheira trará documentos sobre a questão. A Conselheira Jucimeri justificou sua ausência no período da tarde devido a outros compromissos com a agenda dos direitos humanos. Cumprimentando os presentes, o Vice-Presidente Clau encerrou a reunião. A presente ata foi lavrada por Matheus Petris e revisada pela servidora Ana Zaiczuk Raggio.